

Sanguinetti pede "soluções de emergência" a curto prazo

17 DEZ 1981

por Celso Pinto
de Montevideu

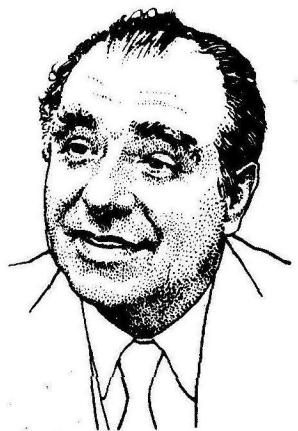
Os países latino-americanos enfrentam uma "situação de emergência" que exige "soluções de emergência" a curto prazo. Esta é, na definição do presidente Júlio Maria Sanguinetti, do Uruguai, a razão central do encontro do Grupo de Cartagena, ontem e hoje, em Montevideu.

Sanguinetti abriu o encontro dos onze países do grupo, ontem pela manhã, com um discurso de improviso. Citando o presidente José Sarney, disse que a dívida não pode ser paga "com a fome de nossa gente mas tampouco com a nossa democracia".

O presidente não esclareceu quais poderiam ser estas medidas de emergência. Na verdade, os ministros da Fazenda e das Relações Exteriores tinham um encontro marcado ontem à noite para redigir o documento final e fixar as decisões.

O grupo fará uma dura análise da situação dos países latino-americanos, enfatizará a necessidade de estancar a remessa líquida de recursos e sugerirá que isto depende, crucialmente, de pontos-chave como uma taxa de juros norte-americana mais razoável.

A novidade que marcaria a diferença entre esta reunião e as três anteriores já realizadas pelo Grupo de Cartagena seria a proposta brasileira de criação de um mecanismo de ação coletiva, como havia antecipado este jornal. Tal mecanismo, que serviria como um comitê de acompanhamento ou monitoração, seria uma contrapartida dos mecanismos já existentes de monitoração dos países e dos bancos credores. Os países do Grupo de Cartagena listariam suas de-



Julio Maria Sanguinetti

mandas, elaborariam suas sugestões concretas e caberia ao comitê acompanhar o andamento da economia internacional. Caso alguma variável crucial, como a taxa de juros, venha a fugir de padrões razoáveis e as sugestões já feitas não obtenham nenhuma resposta concreta, caberia a este comitê soar o sinal de alarme e sugerir alternativas concretas.

PARTICIPAÇÃO

Nem tudo está ainda claro nesta proposta. Não se decidiu, por exemplo, a que nível se daria a participação no comitê (se ministerial ou técnico). Também existem críticos da idéia, temerosos de que um eventual sinal de debilidade no funcionamento prático ou nos efeitos concretos da ação do comitê poderia comprometer os países devedores.

De toda forma, a intenção é fazer do comitê uma arma futura de negociação. "Um gatilho pronto a ser acionado", na imagem utilizada por uma alta fonte governamental a este jornal. Supõe-se que a existência do gatilho, por si só, poderia evitar o disparo da arma. Não há, segundo a mesma fonte, resistências

de outros grandes devedores, como México e Argentina, à adoção da proposta.

O fato é que nunca antes os três grandes países devedores — Brasil, Argentina e México — estiveram tão próximos em suas posições e tão ansiosos em levar o Grupo de Cartagena a uma direção um pouco mais objetiva. Se não sair do nível puramente retórico, em Montevideu, o Grupo de Cartagena corre o risco de perder sua credibilidade.

A amarração final das posições dos três grandes veio sendo feita ao longo dos últimos meses. O acerto final ficou para este último final de semana. Os ministros da Fazenda e os chanceleres dos três países reuniram-se na fazenda de um grande empresário argentino, a 400 quilômetros de Buenos Aires. Fizeram, na descrição do ministro Funaro, um "strip-tease" de suas economias e dos problemas que têm pela frente.

A sintonia entre os ministros acabou transparecendo, ontem, pela enorme coincidência do sentido, e até mesmo de expressões utilizadas nas entrevistas à imprensa. Além disto, refletiu-se no teor do discurso pronunciado pelo presidente Sanguinetti.

TRAJETÓRIA

O presidente lembrou a trajetória do Grupo de Cartagena e as três teses centrais que sempre defendeu: a de que a questão da dívida tinha uma forte conotação política, a da responsabilidade dos países credores e a da necessidade de preservar a taxa de crescimento. Estas posturas acabaram espalhando-se na opinião pública mundial, segundo Sanguinetti, e o Plano Baker é a melhor prova disto.

De outro lado, o fato de o grupo jamais ter endossado soluções radicais e de ter enfrentado um duríssimo processo de ajuste (ele elogiou particularmente o Plano Austral argentino) deu "uma imensa autoridade moral" para avançar na discussão. O problema central hoje, como lembraram Sanguinetti e vários ministros, é que a situação dos juros internacionais e dos preços das matérias-primas tem obrigado a uma dramática remessa líquida de recursos aos países centrais.

Sanguinetti, citando a revista "The Economist", falou em US\$ 60 a 65 bilhões. O chanceler argentino, Dante Caputo, disse que apenas na América Latina, neste ano, a transferência chegará a US\$ 32 bilhões. O ministro Dilson Funaro lembrou que, caso as taxas de juros norte-americanas baixassem apenas dois pontos percentuais, não teria sido necessário fazer o duro pacote fiscal recente.

Este é o miolo da discussão de Montevideu. Estancar este processo de transferência líquida pode ser feito por iniciativas que estão fora do alcance dos devedores, como uma redução nos juros norte-

americanos, ou em suas mãos, como a imposição de limites ao pagamento de juros. Segundo Funaro, pretende-se examinar os dois tipos de sugestão, mas não se endossará nenhuma, idéia que implique confrontação direta.

ANALISE DO PLANO BAKER

O grupo fará também uma análise do teor do Plano Baker. Dirá, pelo que foi antecipado no documento a nível técnico elaborado na semana passada, que o plano tem vantagens, mas enormes lacunas. Como disseram Funaro e o chanceler Olavo Setúbal, o Plano Baker contempla uma solução para o "cash-flow" dos devedores, mas não toca nos problemas centrais dos juros e das garantias de fluxos positivos de recursos.

O chanceler Dante Caputo foi particularmente duro, ao contrário do habitual. "Estamos financiando os países desenvolvidos, e isto é inadmissível e absurdo", definiu. "A situação é séria demais para fazer retóricas."

O chanceler mexicano, Berardo Sepúlveda, usou um tom mais ameno, mas não destoou no conjunto de declarações. "Precisamos encontrar uma fórmula para que o serviço da dívida seja saldado sem que isto afete o potencial de crescimento", declarou.

O ministro da Economia do Peru, Luis Alva Castro, como era esperado, foi duro em suas colocações. Defendeu a opção peruana de não pagar mais de 10% aos bancos do que exporta e sugeriu a generalização da receita. A sugestão, contudo, não foi discutida amplamente nem, segundo Funaro, deverá ser incluída entre as sugestões do grupo em Montevideu.

Também não parece ter futuro a suposta proposta de uma reunião a nível presidencial que se seguiria a esta reunião de Montevideu. Os ministros brasileiros disseram ignorar a proposta. Outros grandes países devedores tampouco demonstraram qualquer entusiasmo.

VENEZUELA

A Venezuela causou ainda alguma espécie, em Montevideu, pelo fato de não ter enviado nem seu ministro da Fazenda nem seu chanceler. Funaro explicou que a ausência é justificável: os dois ministros estão envolvidos na discussão dos problemas gerados pela recente queda dos preços do petróleo.

Também não veio a Montevideu o ministro da Fazenda colombiano, apenas o das Relações Exteriores. Neste caso, o problema foi de outra ordem: a Colômbia, supostamente, deveria ter sido beneficiada em US\$ 2,5 bilhões do Plano Baker; sendo assim seu primeiro beneficiário concreto. Não só isto não aconteceu, como a Colômbia só deverá obter US\$ 1 bilhão, do Banco Mundial, a custos altíssimos, segundo disseram autoridades colombianas a outros delegados. O ministro está, agora, discutindo esta proposta nos Estados Unidos.

por Cláudio Safaie de Brasília
(Continuação da 19 página)

do Fundo, Jacques de Larosière, de que receberá uma cópia do "pacote" econômico aprovado pelo Congresso Nacional foi importante para que os bancos tomassem a decisão de acelerar os contatos e sugerissem o retorno do diretor da Dívida Externa do BC, Seixas. Ele embarca amanhã para Nova York, onde retomará os contatos com o comitê de assessoramento, sem data para voltar ao Brasil.

"A prior postura é ir para uma negociação achando que tem de voltar com um acordo fechado", assinalou Bracher, ressaltando por duas vezes que o País "não tem pressa para renegociar a dívida externa". Quanto ao ponto, certamente nevrálgico, da renegociação — que consta do programa de governo e se refere à redução das transferências de recursos da economia brasileira para o exterior, principalmente sob a forma de juros da dívida —, o presidente do BC acentuou que "para tudo tem uma hora" e o momento é propício à negociação do rolamento do principal.

Bracher explicou que os recursos correspondentes aos US\$ 6 bilhões de amortização vencida em 1985 foram depositados numa conta bloqueada no Banco Central, e, agora, o governo brasileiro deverá renegociar as condições de seu reemprestimo ("re-lending"). Ele não confirmou, mas uma das alternativas é fazer o reemprestimo através do Banco do Brasil (BB), "eliminando, assim, uma série de comissões que os bancos cobram ao mutuário final, além dos juros e 'spreads'".

O diretor da Dívida Externa, por sua vez, afirmou que segue para os Estados Unidos sem uma proposta preconcebida e disposta a discutir "tudo". Entre os numerosos pontos de renegociação da dívida, Seixas citou a prorrogação das linhas de curto prazo (comerciais e interbancária) até dezembro de 1986 nos níveis da fase 2, ou seja, de US\$ 9,8 bilhões de linhas comerciais e US\$ 5,3 bilhões no interbancário.

Adiantou que os créditos interbancários deverão ser transferidos para o projeto 3 (comerciais), o que iniciaria o processo de eliminação dessa linha do projeto 4. Faz parte, também, das intenções do governo retomar as agências de bancos brasileiros no exterior da abrangência do projeto 2 — de rolamento das amortizações.

De acordo com Seixas, existe uma "escassez" de US\$ 230 milhões nos projetos 3 e 4 que, entretanto, acaba sendo coberta com depósitos de US\$ 260 milhões de bancos centrais em bancos brasileiros, dando, no final das contas, uma folga de US\$ 30 milhões.

Crédito externo dos liquidados não será remissível

por Jurema Baesso
de Brasília

As operações amparadas pela Resolução nº 63, feitas entre as instituições financeiras liquidadas pelo Banco Central (BC) e cerca de cem bancos estrangeiros, receberão também, inicialmente, 25% do total investido (cerca de US\$ 100 milhões). Mas estes recursos "não serão remissíveis" aos bancos credores, eles serão incorporados ao "pacote" de recursos (principal) da dívida externa que venceu em 1985 a vencer em 1986 que será negociado com a comunidade financeira mundial.

A informação foi dada, ontem, pelo presidente do

Banco Central, Fernão Bracher, no seu primeiro contato coletivo com a imprensa, depois de passar uma semana nos Estados Unidos. Com relação ao reflexo das liquidações sobre os bancos estrangeiros, Bracher assinalou que "existe uma onda de reclamação muito grande" e ela só foi abrandada depois do anúncio de que o BC iria cobrir 25% do total.

Na reunião da comitiva brasileira, na semana passada, em Nova York, com o comitê assessor dos bancos, o presidente do Banco Central "reiterou a disposição brasileira para estudar um arranjo adicional dentro das limitações da auto-

ridade do governo" no que concerne ao pagamento da dívida. "A base para tal arranjo, assinalou Bracher no seu pronunciamento, "poderá ser individual ou global e poderá incluir discussões relativas aos empréstimos 63 devidos junto a outros bancos". Bracher, no entanto, não entrou em detalhes com relação a esta postura, mas ela indica que o País está disposto a rever os débitos da dívida não apenas dos bancos liquidados.

O problema criado com a liquidação dos três bancos "gerou uma dificuldade a mais" nos entendimentos do Brasil com a comunidade financeira mundial — assinalou o diretor da Dívida

Externa do BC, Antônio de Pádua Seixas. "A resistência é geral. Os bancos regionais, evidentemente, reagem mais, porque têm menos capacidade de absorção." Com relação ao fato de estes bancos terem de lançar tais débitos como "créditos em liquidação", Seixas afirmou que "não existe obrigatoriedade de lançar já estes débitos, uma vez que ainda não foi configurada a perda total dos créditos. "E, além disso," acrescentou, "eles podem fazer lançamentos parciais da dívida, diante da cobertura de 25% dos débitos."

Já o presidente do Banco do Brasil, Camillo Calazans, não concorda que a

cobertura destes débitos seja legítima. Segundo ele, quando um banco estrangeiro empresta a outro banco existe um risco natural, e não há por que cobrilo. Com relação à renegociação global, Calazans afirmou que "o Brasil é um bom cliente, os credores, com certeza, são interessados em rolar o principal da dívida, pois não teriam onde colocar estes recursos".

O Brasil paga em dia os seus débitos e "a nossa situação é muito cômoda para o credor". Na opinião de Calazans, "nenhum banco deseja uma renegociação a longo prazo, pois ninguém tem uma visão nítida do futuro".

Banqueiros convocam nova reunião para continuar negociação

13 de dezembro de 1985.
Para: todos os bancos
Rem.: República Federativa do Brasil

Reunião da comissão consultiva de bancos — 12 e 13 de dezembro de 1985.

A comissão consultiva de bancos para o Brasil reuniu-se nos dias 12 e 13 de dezembro, em Nova York, sr. Fernão Bracher, presidente do Banco Central, sr. Carlos Eduardo de Freitas, diretor para assuntos internacionais do Banco Central, Sr. Antonio Seixas, diretor para a Dívida Externa e outros representantes do Banco Central e da República Federativa compareceram à reunião. Representantes do Ministério das Finanças do Japão, do Deutsche Bundesbank, o Federal Reserve Bank, de Nova York, e o Comptroller of the Currency também estiveram presentes.

1) Durante a reunião, o sr. Bracher prestou informações sobre o problema econômico do Brasil e suas perspectivas. Do ponto de vista externo, os atuais projetos indicam um superávit comercial de aproximadamente US\$ 12,4 bilhões para 1985. O sr. Bracher distribuiu aos presentes o volume 9 do Programa Econômico do Brasil, um relatório de medidas de ajuste internas e externas em data de novembro de 1985, preparado pelo Departamento Econômico do Banco Central. Este relatório está sendo distribuído pelo Banco Central a todos os bancos.

2) As informações sobre a economia brasileira, a situação das finanças públicas e as perspectivas para 1986 foram fornecidas pelo sr. Bracher.

3) Os temas de discussão foram: a) a situação das finanças públicas e a situação econômica do Brasil.

4) A situação das finanças públicas e a situação econômica do Brasil foram discutidos.

5) A situação das finanças públicas e a situação econômica do Brasil foram discutidos.

6) A situação das finanças públicas e a situação econômica do Brasil foram discutidos.

7) A situação das finanças públicas e a situação econômica do Brasil foram discutidos.

8) A situação das finanças públicas e a situação econômica do Brasil foram discutidos.

9) A situação das finanças públicas e a situação econômica do Brasil foram discutidos.

10) A situação das finanças públicas e a situação econômica do Brasil foram discutidos.

11) A situação das finanças públicas e a situação econômica do Brasil foram discutidos.

12) A situação das finanças públicas e a situação econômica do Brasil foram discutidos.

13) A situação das finanças públicas e a situação econômica do Brasil foram discutidos.

14) A situação das finanças públicas e a situação econômica do Brasil foram discutidos.

15) A situação das finanças públicas e a situação econômica do Brasil foram discutidos.

16) A situação das finanças públicas e a situação econômica do Brasil foram discutidos.

17) A situação das finanças públicas e a situação econômica do Brasil foram discutidos.

18) A situação das finanças públicas e a situação econômica do Brasil foram discutidos.

19) A situação das finanças públicas e a situação econômica do Brasil foram discutidos.

20) A situação das finanças públicas e a situação econômica do Brasil foram discutidos.

21) A situação das finanças públicas e a situação econômica do Brasil foram discutidos.

22) A situação das finanças públicas e a situação econômica do Brasil foram discutidos.

23) A situação das finanças públicas e a situação econômica do Brasil foram discutidos.

24) A situação das finanças públicas e a situação econômica do Brasil foram discutidos.

25) A situação das finanças públicas e a situação econômica do Brasil foram discutidos.

26) A situação das finanças públicas e a situação econômica do Brasil foram discutidos.

27) A situação das finanças públicas e a situação econômica do Brasil foram discutidos.

28) A situação das finanças públicas e a situação econômica do Brasil foram discutidos.

29) A situação das finanças públicas e a situação econômica do Brasil foram discutidos.

30) A situação das finanças públicas e a situação econômica do Brasil foram discutidos.

31) A situação das finanças públicas e a situação econômica do Brasil foram discutidos.

32) A situação das finanças públicas e a situação econômica do Brasil foram discutidos.

33) A situação das finanças públicas e a situação econômica do Brasil foram discutidos.

34) A situação das finanças públicas e a situação econômica do Brasil foram discutidos.

35) A situação das finanças públicas e a situação econômica do Brasil foram discutidos.

36) A situação das finanças públicas e a situação econômica do Brasil foram discutidos.

37) A situação das finanças públicas e a situação econômica do Brasil foram discutidos.

38) A situação das finanças públicas e a situação econômica do Brasil foram discutidos.

39) A situação das finanças públicas e a situação econômica do Brasil foram discutidos.

40) A situação das finanças públicas e a situação econômica do Brasil foram discutidos.

41) A situação das finanças públicas e a situação econômica do Brasil foram discutidos.

42) A situação das finanças públicas e a situação econômica do Brasil foram discutidos.

43) A situação das finanças públicas e a situação econômica do Brasil foram discutidos.

44) A situação das finanças públicas e a situação econômica do Brasil foram discutidos.

45) A situação das finanças públicas e a situação econômica do Brasil foram discutidos.

46) A situação das finanças públicas e a situação econômica do Brasil foram discutidos.

47) A situação das finanças públicas e a situação econômica do Brasil foram discutidos.

48) A situação das finanças públicas e a situação econômica do Brasil foram discutidos.

49) A situação das finanças públicas e a situação econômica do Brasil foram discutidos.

50) A situação das finanças públicas e a situação econômica do Brasil foram discutidos.

51) A situação das finanças públicas e a situação econômica do Brasil foram discutidos.

52) A situação das finanças públicas e a situação econômica do Brasil foram discutidos.

53) A situação das finanças públicas e a situação econômica do Brasil foram discutidos.

54) A situação das finanças públicas e a situação econômica do Brasil foram discutidos.

55) A situação das finanças públicas e a situação econômica do Brasil foram discutidos.

56) A situação das finanças públicas e a situação econômica do Brasil foram discutidos.

57) A situação das finanças públicas e a situação econômica do Brasil foram discutidos.

58) A situação das finanças públicas e a situação econômica do Brasil foram discutidos.

59) A situação das finanças públicas e a situação econômica do Brasil foram discutidos.

60) A situação das finanças públicas e a situação econômica do Brasil foram discutidos.

61) A situação das finanças públicas e a situação econômica do Brasil foram discutidos.

62) A situação das finanças públicas e a situação econômica do Brasil foram discutidos.

63) A situação das finanças públicas e a situação econômica do Brasil foram discutidos.

64) A situação das finanças públicas e a situação econômica do Brasil foram discutidos.

65) A situação das finanças públicas e a situação econômica do Brasil foram discutidos.

66) A situação das finanças públicas e a situação econômica do Brasil foram discutidos.

67) A situação das finanças públicas e a situação econômica do Brasil foram discutidos.

68) A situação das finanças públicas e a situação econômica do Brasil foram discutidos.

69) A situação das finanças públicas e a situação econômica do Brasil foram discutidos.

70) A situação das finanças públicas e a situação econômica do Brasil foram discutidos.

71) A situação das finanças públicas e a situação econômica do Brasil foram discutidos.

72) A situação das finanças públicas e a situação econômica do Brasil foram discutidos.

73) A situação das finanças públicas e a situação econômica do Brasil foram discutidos.

74) A situação das finanças públicas e a situação econômica do Brasil foram discutidos.

75) A situação das finanças públicas e a situação econômica do Brasil foram discutidos.

76) A situação das finanças públicas e a situação econômica do Brasil foram discutidos.

77) A situação das finanças públicas e a situação econômica do Brasil foram discutidos.

78) A situação das finanças públicas e a situação econômica do Brasil foram discutidos.

79) A situação das finanças públicas e a situação econômica do Brasil foram discutidos.

80) A situação das finanças públicas e a situação econômica do Brasil foram discutidos.

81) A situação das finanças públicas e a situação econômica do Brasil foram discutidos.

82) A situação das finanças públicas e a situação econômica do Brasil foram discutidos.

83) A situação das finanças públicas e a situação econômica do Brasil foram discutidos.

84) A situação das finanças públicas e a situação econômica do Brasil foram discutidos.

85) A situação das finanças públicas e a situação econômica do Brasil foram discutidos.

86) A situação das finanças públicas e a situação econômica do Brasil foram discutidos.

87) A situação das finanças públicas e a situação econômica do Brasil foram discutidos.

88) A situação das finanças públicas e a situação econômica do Brasil foram discutidos.

89) A situação das finanças públicas e a situação econômica do Brasil foram discutidos.

90) A situação das finanças públicas e a situação econômica do Brasil foram discutidos.

91